

# ação na mídia

Análise da cobertura de educação



Edição nº 17 - 18 de abril de 2007

veja as  
edições  
anteriores

## Jornais sondam impactos do PDE, que continua indefinido

### *Eleição para diretor recebe destaque*

Mesmo sem as propostas definitivas do Plano de Desenvolvimento da Educação, que devem ser anunciadas este mês pelo Ministério da Educação, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo* destacaram-se na sondagem dos impactos das medidas do PDE.

No dia 1º de abril, *O Estado de S. Paulo* abordou as mudanças anunciadas para o Programa Brasil Alfabetizado (redução de 40% para 20% nos recursos destinados a ONGs, maciço aumento dos professores da rede pública de ensino na atividade de alfabetização e foco nos cerca de 1 mil municípios que têm mais de 35% de analfabetos na população de 15 anos ou mais). A focalização do programa no público juvenil foi tema de matéria de *O Globo*, em 10 de abril. Os dois textos basearam-se inteiramente nas declarações de Ricardo Henriques, secretário de cidadania, alfabetização e diversidade do MEC. Poderiam ter buscado, no mínimo, saber como os municípios, que deverão seguir essas recomendações, avaliam essas propostas.

Também no primeiro dia do mês, o jornal paulista abordou de modo mais crítico a meta de financiar a construção de 400 novas creches por ano. A reportagem apontou a insuficiência da proposta diante do enorme déficit de vagas na educação infantil no país. Essas novas unidades seriam capazes de atender 120 mil crianças por ano, entretanto, lembra o jornal, para atender “metade das crianças que hoje têm idade para estar em creches, quase 5 milhões, seria preciso construir pelo menos 16 mil unidades”.

Já a possível exigência de avaliação de desempenho dos professores e a realização de estágio probatório antes de serem contratados foi o tema de reportagem da *Folha de S. Paulo*, do dia 4 de abril. Essa seria uma das condições para que os municípios com piores índices educacionais recebessem ajuda técnica e recursos federais. Nesta mesma data, *Estadão* destaca a fala do ministro sobre as dificuldades destes municípios em acessar os recursos de “programas extras” do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que dependem de convênios específicos propostos pelos municípios. As prefeituras teriam deficiências técnicas e dificuldade de gerenciamento de projetos e por isso o MEC contratará 80 especialistas para trabalhar com estes municípios.

### Escolha de diretores

Com relação ao PDE, o último dos temas abordados (jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Povo* (CE), em 14 de abril) foi a proposta de regulamentação da escolha de diretores a partir de critérios de mérito e desempenho. A idéia seria “reduzir a influência de políticos na vida dos estudantes e professores”, mas a proposta deve

ser negociada com estados e municípios, que possuem autonomia para definir a forma de escolha dos dirigentes escolares.

Tema recorrente na cobertura educacional, a escolha de diretores das escolas públicas também ganhou destaque em outros jornais de São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Uma circular, em que o secretário de educação da Bahia dizia aceitar indicações políticas para a direção das escolas até a implantação de eleição direta, promessa feita pelo novo governador, foi tema de reportagem da *Folha de S. Paulo* no dia 23 de março e de editorial no dia seguinte. O assunto continuou ocupando as páginas dos jornais baianos até 3 de abril. *A Tarde* falou das audiências de representantes de entidades estudantis e da Federação dos Trabalhadores Públicos do Estado da Bahia (Fetrab) com o secretário Adeum Sauer e das reivindicações por eleições diretas. Já o *Correio da Bahia* afirmou que Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB-Sindicato) “protestava contra nomeações políticas”.

No dia 13 de abril, o *Jornal do Brasil* publica um texto opinativo sobre a como a secretária de educação do Distrito Federal, Maria Helena Guimarães de Castro, “pretende implantar nova maneira de escolha de diretores: sem escolha do governador e sem eleição direta”, com o objetivo de cobrar resultados. Para o jornal, o primeiro mecanismo encontra resistência dos sindicatos e o segundo modelo é viciado.

Em geral, as matérias têm um olhar crítico sobre a indicação política e a eleição direta como formas de escolha de diretores. Assim, quando o jornal carioca elogia a proposta do governo do DF em buscar critérios técnicos para a escolha dos dirigentes, esquece que esse mecanismo é também insuficiente, pois pode significar a exclusão total da comunidade desta decisão.

De fato, a democracia e a participação da comunidade na gestão escolar não deve ser medida apenas pela maneira como a direção é escolhida, apesar de ser um aspecto fundamental. É preciso analisar a transparência das decisões, a autonomia da escola, a existência e o funcionamento de outros mecanismos de participação efetiva de estudantes, pais e professores, como conselhos escolares, conselhos de classe e grêmios estudantis. Há ainda mecanismos de gestão democrática da educação que extrapolam a escola: a participação em conselhos municipais de educação e em processos de construção coletiva como conferências.

## além da pauta

Algumas fontes sobre o tema da gestão democrática escolar:

- Terezinha F. Andrade Monteiro dos Santos, professora da Universidade Federal do Pará e coordenadora do Observatório da Gestão Democrática Escolar. Contato: [tefam@ufpa.br](mailto:tefam@ufpa.br).

- Rubens Barbosa de Camargo, professor da Faculdade de Educação da USP. Contato: [rubensbc@usp.br](mailto:rubensbc@usp.br).

